

O desenvolvimento ameaçado

É sintomático que os aplausos à decisão do Copom, de manter a taxa básica de juros (Selic) no patamar de 26,5%, tenham partido predominantemente dos agentes do mercado financeiro. Poucas vozes representativas do setor produtivo engrossaram este coro.

Juros altos significam, para as instituições bancárias, a possibilidade de ganhos expressivos, com a aplicação de recursos em títulos públicos, que garantem remuneração sem os riscos inerentes à atividade. Em consequência, os bancos desviam-se da sua principal finalidade, que é financiar o setor privado, as atividades produtivas.

O crédito para as empresas e pessoas está escasso e caro. O custo do dinheiro, nos atuais patamares, sufoca as empresas de todos os portes e cria um quadro perverso, pois inibe investimentos, gera desemprego e pode colocar o País na perigosa trilha de uma crise recessiva. A economia real já se encontra travada, paralisada pelo arrocho monetário, e corre-se o risco de o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano não ultrapassar a marca de 2%, co-

mo já avaliam alguns economistas. Esta situação alonga o prazo para uma retomada do desenvolvimento, a grande aspiração da sociedade brasileira e compromisso assumido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo pesquisa da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), a taxa média anual de juros paga pelas pessoas jurídicas era, em abril, de 78,15%, e batia em 104,89% no cheque especial; em 77,34% no desconto de duplicatas; em 74,12% no

financiamento de capital de giro; e em 73,13% no desconto de cheque. O Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA-IBGE) acumula alta de 16,77% nos últimos 12 meses. Por sua vez, a elevação do IGP-M (FGV) foi de 32,97% no mesmo período.

Ainda de acordo com a mesma fonte, para as pessoas físicas a taxa média, também anual, situava-se em

158,17%, mas chegava a 302,35% no empréstimo pessoal das financeiras; a 232% no cartão de crédito; a 209,03% no cheque especial; a 116,61% no financiamento pelo comércio; a 92,96% no empréstimo pessoal concedido pelos bancos; e a 65,96% no crédito direto ao consumidor.

A sociedade brasileira não agüenta mais a manutenção das taxas de juros nesses patamares. O seu impacto negativo sobre as atividades econômicas já se faz sentir. A indústria desacelera, cresce o desemprego, aumenta o desemprego

renda do trabalhador e as vendas do comércio. A taxa de desemprego da População Economicamente Ativa (PEA), nas seis principais regiões metropolitanas do País, subiu de 12,1% em abril para 12,4% em março, na quarta alta mensal consecutiva, segundo o IBGE. Essa taxa significa que 2,592 milhões de brasileiros estão fora do mercado de trabalho.

Desemprego alto é um dos fatores que empurram para baixo a renda dos trabalhadores. Em relação a abril do ano passado, registrou-se redução média de 7,7% no rendimento médio das pessoas ocupadas. Estudo elaborado pelo Centro de Políticas Sociais da FGV, com base na análise de indicadores mensais dos últimos 20 anos, mostra que a manutenção dos juros elevados reduz em mais de 15% a renda dos trabalhadores. Para cada 10% de aumento dos juros reais, a renda cai 8,2%.

As pequenas e médias empresas, sem condições de se financiar, são as que mais sofrem neste cenário. Levantamento efetuado pelo Sebrae-SP mostra que as pequenas empresas paulistas viveram o pior primeiro trimestre, em termos de faturamento e pessoal ocupado, dos últimos seis anos. A entidade atribui essa performance à desaceleração econômica causada pelos juros elevados e à queda no rendimento real dos trabalhadores.

Todos os indicadores de preços convergem para a desaceleração da infla-

ção. A renúncia forçada ao consumo, traduzida pela queda das vendas do comércio, é uma prova cabal de que o País não vive um período de inflação de demanda. Se o objetivo do arrocho monetário é impedir uma escalada da inflação, não existe razão, portanto, para tamanha ortodoxia monetária, que impõe um custo desnecessário à produção e ao mercado de trabalho, como afirmou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A política de juros elevados atrai predominantemente capitais especulativos, voláteis, sem compromisso com as atividades produtivas e prontos a abandonar o País a qualquer momento. O Brasil precisa crescer e para atingir este objetivo necessita atrair investimentos diretos, para resolver suas carências na área de infra-estrutura e para gerar empregos. Isto somente será possível quando o governo definir políticas públicas e marcos regulatórios claros e precisos.

Para imprimir, enviar ou comentar, acesse:
www.gazetamercantil.com.br/editorial